

“Comunicações”

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Serviço de Educação

Primeiro Encontro sobre o Ensino da História

NOTA

LISBOA, 30-31 DE OUTUBRO DE 1989

“Comunicações”

Credo que esta publicação terá uma certa importância, não só antes de mais, um conjunto de comunicações de grande interesse para a história do ensino da História, acerca dos 20 últimos anos, e dos professores e docentes que actuando nesse mesmo ensino se conta a que se têm sido muito particulares quando comparados com os 150 anos de existência de outras disciplinas, e acerca da História regional e local que constitui uma via extremamente importante para o conhecimento do ensino de História na sua prática efectiva e não o ensinar por abstracto.

Independentemente do valor dos contributos, — e há em muitos casos e de facto notável, — o seu conjunto, materializa um esforço de reflexão que não se pode deixar de pôr em evidência, à vista que existe actualmente nas nossas escolas secundárias um número muito apreciável de professores que desenvolvem um grande esforço para apresentarem um ensino altamente qualificado. Assim, a quem reconhece a quem que não há muitos anos se ensina História, ignorando a sua grande carga ideológica, ou contribuindo para deformar, e sobretudo o sentido crítico dos alunos — aspectos negativos que não há muitos anos eram ainda tão corrente entre nós — se está a combater seriamente e com alguma eficácia. Esperamos que a publicação destes actos constitua um contributo importante para dar a sua importância ainda mais vastos, sólidos e profundos.

Parceira-nos, pois, que prestáreis um serviço importante ao País promovendo a realização deste Encontro. Não temos receio de o serviço que a Fundação Calouste Gulbenkian presta ao publicar estes actos e assegurar

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Serviço de Educação

LISBOA / 1992

O PASSADO MEDIEVAL PORTUGUÊS E O PAÍS DE HOJE

José Mattoso

Redigi há tempos um texto sobre o passado medieval e a Europa de hoje. O conhecimento que dele tiveram os organizadores deste congresso levaram-nos a pedir-me um texto análogo sobre a sobrevivência medieval no nosso País. A verdade é que a tarefa se revelou mais difícil do que à primeira vista me parecia. De facto, não se trata de verificar, *mutatis mutandis*, como se comporta um espaço menor da mesma unidade global. Antes disso é preciso ver o que distingue do todo esse mesmo espaço reduzido. É em função dessas características próprias que depois se pode averiguar a sua incidência sobre o fenómeno da sobrevivência medieval.

De facto é na Idade Média que Portugal se configura como uma nação independente e nessa época que adquire uma identidade própria. As estruturas peculiares do país, resultantes de uma certa forma de resolver nesse território os problemas globais da vida material, do domínio da natureza, da articulação dos poderes, do papel da cultura e da relação com o exterior, levaram, é verdade, a imprimir determinadas variantes às diversas modalidades do fenómeno da sobrevivência medieval. Mas elas resultarão muito mais claras depois da verificação das características próprias do país face a outros estados europeus.

Começarei, portanto, por enumerar as características nacionais que me parece remontarem à Idade Média e que desde então se fixam com uma certa permanência até à época contemporânea, vindo a sofrer uma alteração apenas nos nossos dias. Quero-me referir, de facto, a cinco pontos: 1) o tipo de relação que se estabelece entre o poder central e os poderes concorrentes, 2) a unificação política e cultural por meio da implantação no Centro e no Sul de uma aristocracia proveniente do Norte, 3) a influência das cidades e dos seus circuitos económicos reduzida apenas a uma parte do país, permanecendo o resto fora da sua influência efectiva, 4) a prevalência económica do comércio sobre as actividades produtivas, e finalmente 5) a reduzida influência efectiva da elite intelectual sobre os destinos do país.

Não ignoro o risco de com estas fórmulas fazer afirmações polémicas. Admito que elas têm um grau de abstracção e de generalização que as torne inevitavelmente discutíveis. Mas os problemas a elas subjacentes parecem-me de tal modo importantes, que creio merecer

a pena correr o risco de ser contestado. Ainda que se venha a provar o contrário do que digo, já teria merecido a pena suscitar o debate sobre questões tão fundamentais como estas para, por meio desse mesmo debate, se tomar a consciência do que o nosso país efectivamente é e do que eventualmente se deveria fazer, se possível, para alterar características porventura inaceitáveis no mundo de hoje.

Vejamos, portanto, cada um destes pontos em particular.

Antes de mais, o tipo de relação que se estabelece entre o poder central e os poderes concorrentes. O ponto de partida é simples. A monarquia portuguesa resulta de um poder guerreiro cuja autoridade depende, durante os dois primeiros reinados, da sua capacidade militar na guerra externa, ou seja, na guerra contra os mouros e na defesa da fronteira contra castelhanos e leoneses. Num segundo tempo, porém, definido o território, a monarquia concentra toda sua capacidade na afirmação interna dessa mesma autoridade face aos poderes concorrentes da nobreza e do clero. Este segundo tempo termina pela efectiva supremacia da coroa e pela criação de um equilíbrio estável conseguido durante o reinado de D. Dinis, apesar da resistência dos senhores que não hesitam em desencadear a guerra civil, que todavia não altera as posições adquiridas. Esta concorrência leva o rei a concentrar os seus poderes, a criar um corpo de funcionários que garantem o controlo efectivo do território sob a administração da coroa e a dominar superiormente o alto clero e as ordens militares, evitando assim que o seu efectivo poder se torne um rival perigoso do ponto de vista político. Para isso foi necessário também uma intervenção maior dos reis nos municípios que não se comportaram sempre como aliados incondicionais da coroa, mas que foi preciso dominar com firmeza sempre que esteve em risco a supremacia do poder central.

O tipo de relação que nesse momento se estabeleceu entre a monarquia e os poderes concorrentes, nomeadamente os da aristocracia, do clero e dos concelhos, parece-me ser, portanto, dominado por uma tendência concentracionária do poder régio e por uma estratégia predominante, que consiste, primeiro, em impedir a criação de grandes fortunas, sem todavia contestar os privilégios da aristocracia, depois, em vigiar e tentar decidir das nomeações episcopais, sem intervir na área propriamente religiosa do clero, a seguir em controlar as maiores ordens religiosas e nomear directamente as chefias das ordens militares, contribuindo assim, mas lentamente, para a sua secularização, e finalmente em reduzir as autonomias concelhias sem todavia as suprimir. O apoio social que a monarquia buscou e cultivou residiu, por um lado, numa pequena nobreza vassálica da qual saíam, por vezes, uma

ou outra grande casa senhorial, e por outro numa burocracia de serviçais fiéis, mas geralmente mantidos numa estreita e servil dependência.

Sendo o país de dimensões reduzidas, de recursos escassos, com uma população pouco numerosa, não admira que a coroa tenha podido fazer tudo isto com eficácia. À custa, porém, de uma concentração de poderes que impediu todas as concorrências reais: a de grandes casas senhoriais, a de grandes potentados eclesiásticos, a de cidades dotadas de poderes regionais, a da capacidade de os municípios se associarem regionalmente para criarem riqueza própria ou de alguma maneira afirmarem a sua identidade. A concentração de poderes pela monarquia creio, pois, ser um facto incontestável. A supressão de concorrências efectivas tem a maior incidência sobre os pontos seguintes.

Formulei o segundo ponto como a unificação política e cultural do país por meio da implantação, no Centro e no Sul, de uma aristocracia proveniente do Norte. Tal como no ponto anterior, refiro-me a dominantes. Não ignoro a existência de fenómenos divergentes em todas as épocas, nem mesmo de uma persistente tentativa de formação no Centro de uma aristocracia concorrente da primeira. Também não ignoro as dificuldades de provar o que afirmo, dado o facto de se tratar de uma questão em que não é fácil reunir dados quantitativos suficientes para desmentir qualquer contestação.

Se se tratasse de falar apenas em termos demográficos poder-se-ia, de facto, invocar a concentração populacional no Norte e a constante emigração dos seus habitantes para o Litoral, Centro e o Sul. Falo, porém, de aristocracia. De dominação social e cultural do Centro e Sul pelo Norte. De facto, creio ser predominante a origem setentrional da maioria das famílias nobres, e o frequente fenómeno do lançamento de ramos secundários no Centro e Sul, com o não menos frequente estiolamento desses mesmos ramos. Mesmo quando as famílias nobres vivem e actuam no Centro ou no Sul do país, continuam a reivindicar a sua origem nortenha, são dela conscientes e fazem dessa referência a base da sua identidade. Ela é só por si indício de superioridade social, tal como para eles o nascimento ou a residência permanente numa cidade no Centro e no Sul é só por si, também, indício de inferioridade e desprestígio.

Quanto à cultura, basta atentar na origem nortenha das práticas religiosas, que acabaram por triunfar, nos antecedentes setentrionais da poesia trovadoresca, no prestígio do romântico e do gótico face à arte mourisca ou mudéjar e, por outro lado, na inferioridade a que são votadas a filosofia, a teologia racional, todas as técnicas e as ciências como a medicina ou a astronomia. Entre nós, nada há de compa-

rável ao interesse de Afonso X, o Sábio, pela ciência e a geografia árabes, ou de Raimundo Lull pela sua filosofia. Tudo o que é do Sul, até o que é moçárabe, recebe a marca da inferioridade. Diga-se a este respeito que considero Coimbra, depois de meados do século XIII, como um pólo cultural nortenho e não do Centro, apesar das tentativas feitas no século XII e princípio do XIII, por Santa Cruz de Coimbra, para ali criar uma síntese cultural resultante de uma verdadeira simbiose entre uma corrente vinda do Norte e a tradição moçárabe. Quanto a Alcobaça, começa por ser uma colónia de cultura nortenha em meio alheio, e continuará a sê-lo predominantemente, apesar de no século XIV ter desempenhado um papel de grande importância na tradução de obras latinas em língua vulgar, o que representa, evidentemente, um indício de adaptação à cultura local. Um dos indícios deste predomínio da cultura nortenha sobre a do Sul é o estiolamento dos estudos de medicina e astronomia, apesar do seu inegável vigor até meados do século XIII no Centro e Sul. De facto, assiste-se desde meados do século XIII à sua exclusão dos meios clericais e aristocráticos, para os deixar cultivar nos ghettos judaicos.

Este fenómeno, explicável pelo facto de o país ter nascido da conquista do Sul pelo Norte e pela militância cruzadística, quando não imperialista, do Norte, tem uma expressão política curiosa. De facto, o poder da aristocracia e do clero não lhe advém das suas origens, mas da dominação que exercem sobre o território conquistado. Aqui, porém, têm no rei um concorrente à sua altura. O rei surge, desde Afonso Henriques, como um poder próprio do Centro, poder esse que desde sempre esquece ou rejeita a sua origem nortenha. Todos os reis portugueses baseiam a sua autoridade e o seu poder sobre as cidades e sobre a gestão dos recursos do Centro do país: da produção em grande escala, do comércio, dos impostos. Todavia, fazem do pacto com a aristocracia e o clero nortenhos o principal ponto de apoio da sua estratégia social. Inversamente, o clero e a nobreza, embora reivindicando sempre as suas raízes nortenhas, fazem do apoio dado à monarquia (apesar de todas as rivalidades e contestações), o grande esteio da supremacia que alcançam fora das suas terras de origem.

Também este fenómeno tem uma influência decisiva sobre a impossibilidade de criar um país constituído por áreas regionais dotadas de capacidades próprias e que possam reivindicar uma efectiva identidade. O corpo social de cada uma delas está sempre dividido. No Norte, a aristocracia domina sobre pequenas unidades incapazes de sustentar um poder efectivo, mas a sua supremacia mantém-se graças ao poder que exercem fora da região. No Sul, a base social sustenta uma classe dominante cuja ligação com a região é superficial e distante. A integra-

ção social é precária e os circuitos económicos e culturais estabelecidos têm sempre pólos situados fora da região. Falo, obviamente, da realidade medieval. Mas creio que ela se prolonga, até certo ponto, muito para além da Idade Média.

O terceiro ponto que anunciei diz respeito à relação entre a cidade e o campo e tenta mostrar as origens medievais da reduzida influência cidadina sobre grandes áreas do país. De facto, existe uma circulação de bens e pessoas que atravessa o Litoral de Norte a Sul, que põe as cidades em relação umas com as outras, mas que deixa de fora o interior. A rede de vias estabelecida na época romana fazia deste circuito o sector fragmentário de um sistema de comunicação muito mais vasto, que tinha os seus principais pólos nos portos do Mediterrâneo. Destinava-se portanto, a escoar para fora das províncias do Império os principais produtos comercializáveis. Este sistema manteve-se na Idade Média, com a única diferença de fazer de Lisboa e do escoamento pelo Atlântico o motor de um circuito quase idêntico. Torna-se, então, num circuito unitário, e não uma rede destinada a ligar circuitos regionais, cada um dos quais com a sua coerência própria. A ausência de verdadeiras cidades no interior do país torna a região interior subsidiária de trocas comerciais que beneficiam apenas o Litoral, e perpetua uma distribuição desigual da influência urbana sobre o meio rural. Esta desigualdade só lenta e parcialmente começa a ser corrigida com a implantação de uma rede ferroviária, que, de resto, se estabelece com alguma lentidão.

Este fenómeno não depende só, creio eu, da maior facilidade de comunicação pela via natural da área mais plana do país. Resulta também de não se terem criado pólos de suficiente concentração dos diversos poderes em áreas do interior. É de facto a concentração de poderes civis, militares e religiosos numa cidade aquilo que garante a amplidão da sua função política e do efectivo domínio sobre a região que controla. As cidades do interior, porém, dispuseram sempre de poderes limitados, parciais e de alfozes de pequena dimensão. As do Litoral ou estiveram durante longos períodos sujeitas a senhorios particulares como aconteceu com o Porto e Braga, ou não criaram estruturas suficientemente independentes do controlo régio para não estarem sujeitas a interesses alheios, de carácter político ou económico. Todas as cidades portuguesas ficaram, portanto, atrofiadas, excepto Lisboa, ou vieram a conhecer desenvolvimentos tardios como o Porto e Évora. As regiões do interior, excluídas da linha de comunicações que percorria o país paralelamente à costa atlântica ou só muito secundariamente ligadas a ela, permaneceram na sua mediocridade. Estou

a falar de assuntos que todos conhecem bem, apesar de ser quase impossível saber se as condições objectivas permitiriam que a realidade tivesse sido diferente.

Referi-me ainda, em quarto lugar, à prevalência do comércio sobre os investimentos de carácter produtivo. Em termos globais, com efeito, o país tem tido sempre, como quase única actividade produtiva, a agricultura. Mesmo a agro-pecuária parece manter-se num nível secundário. Digo parece, porque o assunto está mal estudado. De qualquer maneira, nada indica que tenha jamais havido entre nós uma actividade pecuária comparável, por exemplo, com a de Castela, com a sua importante produção de lã. Tudo o mais, na nossa economia, excepto o sal, é de dimensões quase insignificantes. Nem a pesca, nem nenhuma produção agrícola ou mineral, nem nenhuma actividade artesanal se produziram em escala suficiente para alimentar a exportação, num volume apreciável. A própria agricultura foi concebida sempre como destinada ao auto-consumo, conforme a escala a que se estabeleceram os circuitos: no Centro litoral e no Sul, para abastecer as cidades; no Centro interior e no Norte, em circuitos muito mais reduzidos ainda.

O comércio, pelo contrário, teve sempre, parece, uma intensidade razoável. Vinha, de resto, na sequência de uma actividade altamente lucrativa na época da Reconquista, que era a pilhagem ou as transacções com os Mouros. Talvez não seja muito arriscado afirmar que o país dispunha de bastante moeda de ouro e prata até meados do século XIII, acumulada em virtude das explorações militares, mas que depois foi deixando esvaírem-se os metais preciosos, para pagar as importações de tecidos de luxo, de armas e de outros produtos manufacturados, que era incapaz de produzir e que os indivíduos das classes superiores não prescindiam de adquirir para sustentarem o seu prestígio e a sua posição social. A transferência de riqueza para o país, que a pilhagem e o lucrativo comércio com os muçulmanos alimentaram até aos meados do século XIII, teve como sequência natural o comércio. O comércio permitiu transferir para um grupo razoável de mercadores uma parte da riqueza acumulada no primeiro século, mas a maior parte saiu do país sem ser investida em actividades produtivas. Não tenho a certeza, mas parece-me, que os mercadores, e, a partir do século XV, os fidalgos mercadores, raramente se habituaram a incentivar a produção. Limitaram-se a consumir os lucros ou, quando muito, em investi-los no próprio âmbito do comércio, isto é, na construção de navios, no pagamento de almocreves, na distribuição das mercadorias pelas feiras, na organização dos transportes. No fim da Idade Média, quando se passou a investir na aquisição de especiarias, de açúcar

e de escravos, assistiu-se a uma pequena alteração deste processo. Mas ainda aqui estamos perante um fenómeno de continuidade: o que prevalece é o comércio. Como se sabe, os lucros obtidos nestas actividades também não são investidos em actividades produtivas no próprio país. Parece ter acontecido o mesmo no século XVIII com o ouro e os diamantes do Brasil.

Porquê? Eis o que seria preciso descobrir. Por falta de recursos naturais no próprio país? Ou porque as relações estabelecidas entre o poder político, os grupos sociais dominantes e as actividades económicas criaram hábitos colectivos que permitiam resolver os problemas imediatos da elite estabelecida, sem estimularem a criação de novas fontes de riqueza? A ideologia dominante parece ter insistido sempre na primeira explicação, ou seja, na pobreza de recursos, fazendo dela, até, a justificação de uma gestão parcimoniosa dos recursos e de uma forma política totalitária, para melhor garantir a racionalização do consumo e a distribuição equitativa dos bens. Gostava de saber até que ponto podia ter sido de outra maneira.

Resta-me falar do último ponto, a saber, a reduzida influência do sector intelectual sobre os destinos do país. O sentido desta tese tem de ser explicado. Entendo aqui por sector intelectual o conjunto de indivíduos suficientemente instruídos para desempenharem não só as funções culturais, mas também as funções sociais, políticas, económicas, administrativas e religiosas que requerem determinados conhecimentos técnicos e intelectuais. Não falo apenas de criadores de cultura — de artistas, de escritores, de génios — mas também dos que aplicam à vida prática os conhecimentos adquiridos por meio das instituições, e que asseguram a transmissão do saber. O que quero dizer é que, por um lado, o país lhes atribui desde a Idade Média um papel secundário no corpo social, um papel quase decorativo, e, por outro lado, que o seu conjunto foi sempre quantitativamente reduzido em relação com a totalidade da população, mesmo nas classes dirigentes. É este fenómeno o que provavelmente explica a fragilidade das aquisições culturais mais notáveis e que apesar de seu valor se destroem. De facto, não sendo suficientemente reconhecidas pelo corpo social ou os poderes constituídos, nada as pode proteger do esquecimento ou depredação. Posso dar a este respeito alguns exemplos muito concretos e significativos.

Não há um conjunto literário tão típico nem tão significativo da cultura aristocrática medieval como a poesia trovadoresca. Pois bem, só a conhecemos hoje por ter sido conservada em dois cancioneiros gerais e num de cantigas de amor. Destes manuscritos os primeiros

foram copiados na *Itália* por humanistas italianos. Este ficou em Portugal, incompleto, e provavelmente guardou-se por causa das iluminuras, não do conteúdo. A grande obra da historiografia portuguesa anterior a Fernão Lopes foi a crónica de 1344, do Conde de Barcelos. Pois bem, perdeu-se o original português e ter-se-ia perdido irremediavelmente a própria obra se não houvesse uma tradução *castelhana*, sobre a qual, no século xv, se voltou a traduzir o texto para português. A única obra de importância que se sabe ter sido traduzida do árabe para português foi a crónica do Mouro Rasis. Também se perdeu o original português e só se conhece a obra por meio de traduções castelhanas conservadas em *Espanha*. Outra grande obra da literatura medieval foi a *Demanda do Graal*. Houve uma tradução portuguesa provavelmente anterior à castelhana. Pois bem, desta, uma parte, o Merlin, perdeu-se: só é conhecido por um fragmento de 4 páginas encontrado em *Espanha*; outra, a *Demanda* propriamente dita, foi parar à Áustria. O José de Arimateia só se conservou num único exemplar em Portugal. Poderia apontar dezenas de exemplos deste género. Como sabem, não são exclusivos da Idade Média. Voltaram a repetir-se até aos dias de hoje. Uma coisa é certa, se não fossem os exemplares conservados, por acaso, no estrangeiro, quase nada saberíamos de obras mais representativas da cultura medieval portuguesa.

Ora bem, isto não sucedeu por acaso, mas porque a debilidade do meio intelectual português deixa perder facilmente mesmo as suas melhores produções. A sua exiguidade numérica não permite a sua transmissão e o reconhecimento do seu valor na geração seguinte. O carácter decorativo que é atribuído à função cultural pelos poderes constituídos sejam eles políticos, religiosos ou sociais, não lhes garante, também, o reconhecimento social indispensável à sua preservação. Compare-se o que digo com o que acontece nas artes, na ciência, no Direito, na investigação tecnológica e facilmente se verifica que este fenómeno tem raízes profundas e de longa duração.

Resta-me fazer um pequeno exercício que consiste em averiguar como é que estas características nacionais tiveram a sua incidência sobre as componentes da identidade europeia que tiveram o seu início na Idade Média, retomando agora o texto a que me referi no início. Considerava nessa altura que ela se caracterizava por uma componente explícita — a referência cristã de base — e por várias componentes implícitas nas diversas soluções dadas aos problemas do domínio da natureza, da sociedade, da política, da razão e do sentimento, e finalmente na atitude de curiosidade e de superioridade face às civilizações não europeias.

Vejamos rapidamente estas questões.

A referência cristã é obviamente invocada, e de maneira militante, quando não agressiva, por muitos sectores da sociedade portuguesa. Deve-se notar, porém, que o é tanto mais quanto justifica, não tanto a identidade nacional como o domínio do Norte cristão sobre o Sul muçulmano e moçárabe. A referência cristã é sempre, portanto, objecto de uma contestação por uma parte da sociedade portuguesa, aquela que busca a sua identidade noutra componente e que reivindica o seu papel histórico na edificação da comunidade nacional.

O domínio da natureza pela tecnologia, que na Europa faz das inovações tecnológicas não o privilégio de grupos isolados, de minorias ou de especialistas, mas as comunicou sem cessar, numa cadeia contínua, a grandes massas de homens, numa escala desconhecida de outros continentes. Este tipo de domínio, digo, reverteu em Portugal num papel muito menos importante do que noutros países, porque a classe dominante nunca reconheceu suficientemente o interesse dessas inovações, deixando a sua difusão ao critério e arbítrio da camada inferior da sociedade e não lhe atribuiu um papel de interesse nas actividades produtivas senão em épocas muito tardias.

O domínio da sociedade pelo feudalismo e a família nuclear, na minha opinião, não diferiram muito entre nós e no resto da Europa, a não ser nos aspectos em que um precoce desenvolvimento da monarquia eliminou rapidamente a concorrência dos poderes feudais de grande dimensão e impediu a criação de senhorios feudais suficientemente fortes. Este processo equivaleria aproximadamente a um fenómeno de interrupção precoce do desenvolvimento feudal. A família nuclear, porém, segue de perto o modelo europeu, não apenas como célula de reprodução, mas também célula de produção.

A solução política portuguesa que levou a uma rápida concentração urbana do poder monárquico tendo-o fixado nas suas prerrogativas antes de se poderem desenvolver outros poderes concorrentes, levou o país a tender facilmente para perpetuar as soluções autocráticas e paternalistas.

Pelo contrário, o facto de se reduzir a função social do sector cultural e intelectual, levou a atribuir uma importância sempre reduzida ou puramente decorativa ao conhecimento racional, à Universidade e ao ensino em geral. Esta redução é mais atenuada no caso da literatura, como se sabe, pela influência que ela sempre teve entre nós, como forma espontânea, e mesmo popular de dominar o sentimento. De facto o domínio do sentimento não põe em risco nem a concentração do político nem a supremacia da classe dominante, antes pelo contrário.

Leva, mesmo, a adiar ou sublimar as explosões da cólera ou da revolta, alimenta o desejo de evasão e remete para o domínio do espírito a defesa da dignidade e da personalidade.

//Uma

Resta ~~na~~ última referência ao fenómeno europeu da curiosidade e do sentimento de superioridade face às civilizações alheias. Aqui, o comportamento português parece duplo e contraditório. Na classe dominante reveste, de facto, uma forma missionária e propagandística; mas nas classes inferiores dá lugar à capacidade de osmose e de aculturação, à tendência para a simbiose, à adaptação fácil. A consciência da europeidade dos portugueses face a outras civilizações é certamente menor do que nos povos do centro da Europa. A nostalgia da Pátria, tão viva, segundo parece, nos emigrantes, talvez para eles não seja mais do que a nostalgia de uma identidade que se perde demasiado facilmente e que por isso se esbate numa memória enganadora.

Creio que deixei aqui muita matéria para debate. Espero que ele seja objectivo e fundamentado. Que os intervenientes saibam fazer intervir nele não o apego emotivo a convicções pessoais, a ideologias políticas ou religiosas, mas uma verdadeira aplicação dos conhecimentos históricos à descoberta da realidade portuguesa. É possível que eu próprio tenha posto na análise destes problemas mais do que desejava das minhas próprias convicções. Se assim foi, terei, certamente muito que aprender das vossas críticas e das vossas sugestões.

Estou também inseguro quanto ao aproveitamento didáctico destes temas. Alguns deles parecem-me demasiado polémicos para permitirem o seu aproveitamento seguro e controlado no ensino secundário. A sua apresentação requer alguns cuidados que só os próprios professores poderão definir com conhecimento de causa. Também este problema poderá ser objecto de debate.